

Parte 1 - Subordinação na oração

3 - A oração predicativa

Cibele Naidhig de Souza
Lisângela Aparecida Guiraldelli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, CN., and GUIRALDELLI, LA. A oração predicativa. In: PEZATTI, EG., orgs. *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 75-92. ISBN 978-85-6833-480-5. Available from: doi: [10.7476/9788568334805](https://doi.org/10.7476/9788568334805). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/zpbsx/epub/pezatti-9788568334805.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

3

A ORAÇÃO PREDICATIVA

*Cibele Naidhig de Souza**

*Lisângela Aparecida Guiraldelli**

Palavras iniciais

As construções predicativas não têm recebido muita atenção nos estudos gramaticais e linguísticos. Em geral, as gramáticas se limitam a descrevê-las com a atribuição da função sintática de predicativo do sujeito, sem fornecer maiores esclarecimentos sobre sua funcionalidade, em termos semânticos e pragmáticos, e sobre a natureza das relações morfossintáticas que se estabelecem nessas estruturas. Nos estudos linguísticos, consideram-se as orações predicativas como casos de encaixamento e/ou, o que é mais comum, cita-se a especificidade da relação de subordinação dessas orações, indicando apenas que merecem tratamento diferenciado.

A proposta deste trabalho foi estudar as construções predicativas nas variedades lusófonas (português europeu, africano e brasileiro), buscando uma caracterização funcional dessas orações em que se contemplaram fatores pragmáticos, semânticos e morfossintáticos.

* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (cibelenasouza@gmail.com; lisguiraldelli@uol.com.br). Agradecemos à profa. dra. Erotilde Goreti Pezatti pelas discussões, pelos comentários e pelas leituras de versões anteriores do texto, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste capítulo.

O exame está comprometido com o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008), uma visão funcionalista da língua atenta para os diversos níveis de funcionalidade das expressões linguísticas. É desse modo que, nesse modelo teórico, a subordinação é considerada um processo morfossintático determinado por fatores pragmáticos e semânticos, interessando-lhe, então, estudar de que modo fatores interpessoais, representacionais e morfossintáticos são responsáveis pela escolha de certos tipos de orações subordinadas.

Na GDF, postula-se que as orações subordinadas podem ser classificadas em termos das camadas dos níveis interpessoal e representacional. A camada mais alta contém as camadas mais baixas e, então, as construções subordinadas podem ser classificadas em termos da camada mais alta em que se enquadram. No caso das orações completivas, por exemplo, a semântica do predicado principal determina o tipo de unidade interpessoal ou representacional que pode ocorrer como dependente. Hengeveld e Mackenzie (2008) preveem que as unidades passíveis de representação nas orações completivas são de ordem superior a indivíduos (x).¹

Outros dois postulados arrolados por esses autores em relação à subordinação são: o molde de predicação (*predication frame*), no nível representacional, se reflete na estrutura oracional, no nível morfossintático; uma oração terá preferencialmente tanto mais formas não finitas quanto mais baixa encontrar-se na hierarquia das camadas, e terá preferencialmente tanto mais formas finitas quanto mais alta encontrar-se na hierarquia das camadas.

Considere-se, ainda, que a GDF define dois tipos de dependência morfossintática, as relações dos tipos núcleo-modificador e núcleo-dependente. Exemplos típicos do primeiro tipo são as relações entre nomes e adjetivos atributivos. As orações adverbiais e as relativas representam a subordinação núcleo-modificador.²

1 Ver Capítulos 2 e 8 neste volume.

2 Ver Capítulos 4 a 7 (adverbiais) e 9 e 10 (relativas).

A subordinação do tipo núcleo-dependente, em que se inserem as orações completivas, definem-se pela relação entre um predicado e seus argumentos.³

Construções predicativas em gramáticas tradicionais e em estudos linguísticos

De acordo com as gramáticas tradicionais, as orações predicativas, descritas e analisadas como pertencentes ao subgrupo das orações subordinadas substantivas, exercem a função de predicativo de um termo que é sujeito da oração principal, ou seja, as predicativas atribuem uma propriedade, uma qualificação, uma especificação a um termo da outra oração, com a função sintática sujeito (Rocha Lima, 1976; Cunha; Cintra, 1985; Kury, 1985; Bechara, 1999).

As orações predicativas apresentam-se na forma desenvolvida, introduzidas pela conjunção integrante “que”, como em (1), ou reduzidas de infinitivo, como em (2).

- (1) O terrível é **que esta moléstia destrói a vontade...** (Cyro dos Anjos) (Rocha Lima, 1976, p.265)
- (2) A sua intenção era **comunicar a Augusta o resultado da conversa com o pretendente.** (Machado de Assis, *Obras completas* II, 1997) (Cunha; Cintra, 1985, p.597)

Segundo Ignácio (2002), há quem postule que não existem orações predicativas e que as orações assim classificadas seriam, na verdade, subjetivas, sendo o sujeito da oração principal um termo com a função sintática de predicativo. De acordo com esse raciocínio, em um período como aquele apresentado em (1), o termo “terrível” seria um predicativo do sujeito oracional “que esta moléstia

3 Ver Capítulos 2 e 8.

destrói a vontade”. O autor reconhece que o assunto é polêmico, mas não apresenta uma solução definitiva.

Reconhece-se a proximidade entre as construções predicativas e subjetivas, especialmente quando a oração principal, no caso das subjetivas, é formada por verbo “ser” e predicado nominal. Gonçalves (2001) observa que a distinção entre as orações subjetivas com predicado nominal e as predicativas ocorre pela formação da oração principal. Nas predicativas, o sintagma nominal (Np) com a oração principal aparece em P^I (posição inicial), enquanto nas subjetivas esse sintagma ocorre posposto à cópula verbal, como mostram (3a) e sua paráfrase, (3b), retirados de Gonçalves (2001, p.186).

- (3) a E com as eleições para a academia, **é uma obrigação** eu me exibir...
- b **A obrigação** é eu me exibir.

Deve ser observado, como demonstra Pezatti (2012; 2013; 2014b), que a ordenação de constituintes oracionais está em consonância com fatores de ordem pragmática. Esse é um aspecto relevante de uma análise funcional de orações predicativas, conforme será demonstrado na seção que se segue.

Entre os poucos trabalhos dedicados à análise das orações predicativas, destaca-se o de Rodrigues (2001), que busca definir tanto os traços mais prototípicos quanto os menos prototípicos dessas orações. A autora nota que as estruturas mais prototípicas podem ser descritas a partir de quatro atributos: 1) a oração matriz tem sujeito na forma de um sintagma nominal cujo núcleo apresenta o traço [-animado], sendo esse núcleo, na maioria dos casos, um adjetivo substantivado; 2) a oração predicativa ocorre na forma não finita; 3) o verbo da oração matriz é “ser” na terceira pessoa do singular do presente do indicativo; 4) a oração predicativa ocorre à direita do verbo da oração matriz. Uma oração predicativa prototípica nesses termos é a apresentada em (4).

- (4) O essencial é **atender ao clima, às condições de trabalho, aos dispêndios de energia do adolescente** [...] (Rodrigues, 2001, p.198)

Rodrigues (2001) observa que caracterizam todas as orações examinadas (as mais e as menos prototípicas, portanto) a ocorrência do verbo “ser” na oração matriz e o atributo 4, ou seja, a oração predicativa ocupa a posição à direita do período.

Na discussão teórica sobre a (in)dependência entre orações, o grupo das completivas (substantivas), dentro do qual as orações predicativas são tradicionalmente estudadas, é tratado como casos de encaixamento, em que uma das orações funciona como um constituinte argumental de outra oração.

Um olhar mais atento revela, porém, que, nas orações predicativas, não há encaixamento, pois elas não são constituintes argumentais, como as substantivas subjetivas e objetivas. Por isso, autores como Noonan (1985), Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2008), Castilho (2010), entre outros, não incluem as predicativas entre as completivas.

Conforme Noonan (1985, p.42), a complementação é uma situação sintática em que uma sentença nominal ou predicção é um argumento de um predicado. Então, uma predicção pode ser vista como um argumento de um predicado se funciona como sujeito ou objeto daquele predicado.

Gonçalves, Casseb-Galvão e Sousa (2008) entendem a subordinação como “o ambiente sintático em que uma sentença ou uma predicção sustenta uma relação do tipo predicado-argumento” (p.1021), o que significa, em outros termos, priorizar “apenas os casos de encaixamento estrito de sentença, ou seja, apenas os casos de sentenças diretamente encaixadas em posição de argumento de predicado” (p.1026). Por isso, os autores desconsideram, em seu estudo, as orações predicativas, argumentando que é discutível o tipo de encaixamento estrutural observado nesses casos.

Castilho (2010, p.355), por seu turno, considera três tipos de subordinação entre orações: as substantivas, que são argumentais; as adjetivas e as adverbiais, que são adjuncionais. As substantivas desempenham, portanto, função de argumento interno (complemento do predicado verbal) ou argumento externo (sujeito), ficando excluídas dessa classificação as predicativas.

Na GDF, as orações predicativas também não são consideradas como pertencentes ao subgrupo das completivas. Hengeveld e Mackenzie (2008) mantêm separadas as orações-complementos e as orações-predicados: “clauses may occur as constituents of other clauses as adverbial, complement or predicate clauses” [orações podem ocorrer como constituintes de outras orações, como orações adverbial, complemento ou predicado] (p.352).

Nas construções predicativas, existe relação de dependência, de subordinação entre as orações, pois o sentido completo do que se pretende transmitir só é obtido por meio da relação estabelecida entre elas, no enunciado. Considere-se, por exemplo, a ocorrência (5), em que há relação de dependência entre as orações “o negócio é” e “você não esquentar a cabeça”, podendo a segunda ser analisada como um constituinte predicacional da primeira.

- (5) então você, o, *o negócio é* **você não esquentar a cabeça**, deixa para lá, sabe, deixa o barco correr. (Brasil 80: Nada ciumenta)

Embora se admita uma relação de dependência nessas construções, fica por explicar a natureza dessa subordinação. Como se pretende demonstrar, esse é um caso especial de subordinação, em que não há relação de complementação, de encaixamento. Como bem nota Neves (2000), nesses casos, há uma relação de identificação entre as orações envolvidas, e a cópula verbal não instaura a relação de predicação, como será analisado adiante, ao serem abordadas as construções predicativas no nível representacional. Dado que a opção é seguir a direção descendente da GDF, antes de tratar de aspectos do nível representacional, serão abordados os fatores relevantes no nível interpessoal, na próxima seção.

As predicativas no nível interpessoal

Pezatti e Camacho (1997) e Pezatti (2012; 2013; 2014b) postulam que a ordenação de constituintes no português brasileiro é fortemente marcada por razões pragmáticas. O que interessa res-

saltar aqui é que a relação entre a função sintática sujeito e a função pragmática tópico é codificada morfossintaticamente na colocação desse constituinte em posição inicial (P^I), como esses autores observavam ao analisar orações simples.

A GDF prevê que funções pragmáticas podem ser atribuídas a subatos de referência ou de atribuição. O subato de referência representa uma tentativa do falante de evocar uma entidade, que será de um tipo particular de categoria semântica – por exemplo, indivíduo (x), locação (l), tempo (t), razão (r), quantidade (q). O subato de atribuição representa uma tentativa do falante de evocar uma propriedade (f) que se aplica a uma entidade.

Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem três funções pragmáticas, tópico, foco e contraste, que têm como contrapartes comentário, fundo e sobreposição, respectivamente, sendo tais contrapartes raramente marcadas nas línguas.⁴

A função tópico, que interessa a este trabalho, é atribuída a um subato que tem a função de sinalizar, no ato discursivo, como o conteúdo comunicado se relaciona com o registro construído gradualmente no componente contextual, fornecendo um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada. Observa Pezatti (2014b, p.16) que a atribuição da função tópico, em português, é marcada pela colocação do subato tópico no início da oração, o que significa que, na codificação morfossintática, está sempre em posições do domínio de P^I.

O que se observa nas construções predicativas é que, no nível interpessoal, o conteúdo comunicado se compõe de dois subatos de referência,⁵ em que a um deles é atribuída a função tópico, o que determina sua colocação em P^I. Tome-se como exemplo a ocorrên-

4 A função foco marca a seleção estratégica de informação nova pelo falante para preencher uma lacuna na informação dele. Contraste sinaliza o desejo do falante de realçar diferentes particularidades entre dois ou mais conteúdos comunicados, ou entre conteúdo comunicado e informação contextualmente disponível.

5 Explicam-se os subatos de referência na próxima seção, na qual serão discutidas questões relativas ao nível representacional.

cia (6), em que o sintagma “o problema” representa a entidade que fornece uma orientação para a informação nova a ser apresentada, exerce a função tópico e se coloca em P^I. A unidade semântica não tópica, por outro lado, assume a posição medial obrigatória (P^M) e a palavra verbal, a posição relativa P^{M-1}, já que elementos suporte são os últimos a serem ordenados, conforme representado em (6).

- (6) [(R_i)_{TOP} (R_j)_]
 P^I P^{M-1} P^M

O problema é que era difícil esse parto, em relação às pessoas indigentes e que tinham de se deitar na esteira.

mas essa esteira, justamente, ah, o problema é este. *o problema é que era difícil esse parto, em relação às pessoas indigentes e que tinham de se deitar na esteira.* (Cabo Verde 95: Colher e panela)

Pezatti e Camacho (1997) e Pezatti (2012; 2013; 2014b) comprovam que, no português brasileiro, a posição mais neutra na ordenação de constituintes oracionais é sujeito, verbo, objeto/complemento (SVO), pois, nesses casos, o sujeito, na verdade, tem a função tópico, ocupando assim a posição P^I. Como destaca Pezatti (2014b), “o candidato mais natural à função tópico é, sem dúvida, o constituinte configuracional que morfossintaticamente desempenha a função de sujeito” (p.8).

A verificação de que, em todas as ocorrências examinadas, o sintagma em P^I assume a função tópico constitui um argumento para se considerar esse constituinte como sendo também o sujeito da oração.

As predicativas no nível representacional

A natureza identificacional

Para descrever e analisar a relação de subordinação dessas construções no nível representacional, primeiramente examinaremos os tipos predicacionais, em conformidade com a proposta da GDF.

A camada da propriedade configuracional apresenta moldes de predicação que envolvem a combinação de diferentes subatos de atribuição (T) e de referência (R) do nível interpessoal. Esses moldes podem ser constituídos de propriedades de vários tipos, ou podem ser moldes identificacionais e existenciais.⁶ A discussão aqui se detém no molde de predicação relevante para a análise das construções em pauta, a saber, o identificacional.

Observe-se que, na língua portuguesa, orações simples com predicativo do sujeito – as chamadas orações com predicado nominal na gramática tradicional – podem trazer diferentes moldes de predicação, todos com cópula suporte (um *dummy*), conforme será explicitado adiante:

- a) propriedade de um lugar: “[...] era difícil esse parto [...]” (Cabo Verde 95: Colher e panela);
- b) propriedade relacional: “[...] você ser sem dinheiro” (Brasil 80: Jogo do bicho);
- c) propriedade classificacional: “[...] eu sou um mecânico” (Brasil 80: Comer e falar bem);
- d) propriedade identificacional: “[...] a droga são os comprimidos” (Angola 97: Meninos de rua).

O molde de predicação identificacional, assim como o existencial,⁷ representa estados de coisas sem subato de atribuição (T), ou seja, destituídos de uma propriedade. Isso quer dizer que são constituídos apenas de subatos de referência, diferentemente dos demais moldes de predicação, que envolvem sempre ao menos um subato de atribuição (T). No molde de predicação existencial, há apenas uma unidade semântica, que não é argumento de nenhum predicado. Nas construções de identificação, por outro lado, apre-

6 Para mais detalhes sobre os moldes de predicação na Gramática Discursivo-Funcional, confira Capítulo 1 neste volume.

7 Um exemplo de molde de predicação existencial é “há muitas maneiras de acção coerciva [...]” (Angola 97: Guerra e ambiente), no qual existe apenas um subato de referência (R).

sentam-se duas entidades pertencentes à mesma categoria semântica, representando dois modos alternativos de visão de uma mesma entidade.

Embora com orações simples sejam possíveis propriedades de um lugar, relacional, classificacional ou identificacional, conforme ilustram as ocorrências usadas como exemplos nas propriedades a-d, nas construções predicativas identificadas no *cópus* analisado ocorre apenas o molde de predicação identificação, com dois subatos de referência que veiculam a mesma categoria semântica, como representada em (7) e ilustrada em (8) e em (9).

(7) R R
 $(f_1: [(v_1)(v_1)](f_1))$

(8) R R
 $(f_1: [(p_1)(p_1)](f_1))$
 $(f_1: [(p_1[\text{a verdade}])(p_1: [\text{eles não têm tempo absolutamente nenhum}])] (f_1))$

[...] depois têm testes, têm que estar preparados para os testes, acabam uns começam outros, e **a verdade é que eles não têm tempo absolutamente nenhum**. é uma adolescência estúpida, porque eles não vão ao, não podem ir a lado nenhum, não têm tempo para, para se dedicar a, à música – ela, por exemplo, andava em piano teve que deixar, andava em ginástica teve que deixar (Portugal 95: Vida de estudante)

(9) R R
 $(f_1: [(e_1)(e_1)](f_1))$
 $(f_1: [(e_1: [\text{a única coisa que ele ainda gosta, até hoje}])(e_1: [\text{botar cerveja para mim}])] (f_1))$

a única coisa que ele ainda gosta, até hoje, é botar cerveja para mim porque faz espuma. aí, ele bebe a espuma. também, só, só. mas ele, quando era garotinho, pegou lá, uma vez pegou um copo lá, eh, sabe, ia sempre, pegava o mesmo, botava, “hum!” gostou! a gente não via! até o dia que nós encontramos ele atrás do carrinho de chá, se engasgando todo, porque tomou uma dose de pura. aí se desgraçou todo. (Brasil 80: Criar filhos)

Note-se que pode haver permuta entre as entidades envolvidas, o que caracteriza uma construção de identificação.

- (8) a Que eles não têm tempo absolutamente nenhum é a verdade.
- (9) a Botar cerveja para mim é a única coisa que ele ainda gosta, até hoje.

Nas construções identificacionais há, então, dois subatos de referência, que representam a tentativa do falante de evocar uma mesma entidade de dois modos alternativos. Nos dados analisados, observou-se que as categorias semânticas veiculadas nessas construções são conteúdo proposicional (p), como (8), ou estados de coisas (e), como (9). Um conteúdo proposicional (p) é uma entidade de terceira ordem, um construto mental, que pode ser avaliado em termos de sua verdade e não pode ser localizado no espaço nem no tempo. Estados de coisas (e) são entidades de segunda ordem, podem ser localizados no tempo e no espaço e avaliados em termos de realidade.

Como já mencionado, nas construções de identificação, as duas entidades veiculam a mesma categoria semântica. Nesse sentido, deve-se lembrar o postulado da GDF, segundo o qual a camada mais alta contém as camadas mais baixas e, então, as construções subordinadas podem ser classificadas em termos da camada mais alta que elas veiculam (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.363). Aplicando-se tal postulado à análise das predicativas, prevalece a categoria mais alta da construção de identidade para as duas orações envolvidas. Assim, por exemplo, em (8), há o conteúdo proposicional “a verdade” que leva a segunda oração a ser analisada também como um conteúdo proposicional (p).

Em estudo sobre orações predicativas, Neves (2000) destaca construções que denomina de mistas, pois considera que há uma oração completiva predicativa e, como núcleo do sintagma nominal (Np) sujeito, um nome transitivo. Por isso, a oração completiva ocorre preposicionada, assemelhando-se a uma oração completiva nominal.

- (10) A sensação é **de que tudo se move lenta e pesadamente**.
(Neves, 2000, p.338)

Sob o arcabouço da GDF, nesses casos a predicação é do tipo relacional, pois se caracteriza por ser não dinâmica e por envolver uma expressão que é usada atributivamente e marcada com uma preposição. Assim, em (10), a expressão “de que tudo se move lenta e pesadamente” é um subato de atribuição que denota uma propriedade. A propriedade relacional pode ser representada do seguinte modo:

- (11) T R₁
(f₁: (v₁)_φ (f₁))

Lê-se, em (11): uma propriedade (f₁) é usada atributivamente (T) e é realizada por meio da referência a uma categoria semântica (v₁) com uma função semântica (φ).

Esse tipo de molde de predicação relacional, no entanto, não foi verificado no corpus analisado.

Outras propriedades semânticas

Uma questão relevante sobre as construções predicativas é que o sintagma nominal tópico traz sempre o traço [-animado] e não tem um referente objetivo, o que também foi observado por Neves (2000), Rodrigues (2001), Vilela e Koch (2001), entre outros. Nas palavras de Neves (2000), o sujeito da oração principal “indica uma ação mental, uma atitude, ou simplesmente um conceito, cujo significado corresponde ao de uma oração” (p.337).

Isso acontece porque as unidades previstas para representação em orações subordinadas são de ordem superior a indivíduos (x) (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.363). Como já se observou, as construções de identificação veiculam um conteúdo proposicional (p) ou um estado de coisas (e), exemplificadas anteriormente em (8) e (9).

O Np pode ter como núcleo um item semanticamente vazio, preenchedor de qualquer categoria semântica, como a palavra “coisa”. Nesses casos, a oração relativa⁸ encaixada no Np nuclear colabora para a definição do tipo de entidade semântica. Assim, por exemplo, em (12), a oração relativa “que eles vão fazer” indica que a palavra “coisa” se refere a um estado de coisas.

- (12) [...] de... rurais, portanto, de agricultores e transferi-los para uma zona ecológica que eles não estão habituados, **a primeira coisa que eles vão fazer** é pôr em prática aquilo que estão habituados a fazer. (Angola 97: Guerra e ambiente)

Observa-se, nos dados, que o Np tópico, em posição inicial na oração, é de natureza descritiva⁹ ou avaliativa,¹⁰ conforme proposta para a classificação de predicados principais (sejam eles verbais, nominais, adjetivais) de orações completivas em Noonan (1985) e Dik (1997) e nos trabalhos de descrição do português elaborados por Gonçalves, Casseb-Galvão e Sousa (2008), Sousa et al. (Capítulo 2, neste volume), entre outros.

1. **Avaliativos** – expressam uma avaliação do falante sobre o conteúdo da subordinada, podendo ser modais ou não.

- a) **Avaliativos modais**: constituem proposições, uma vez que a avaliação é em termos da possibilidade de que um estado de coisas seja verdadeiro (modalidade epistêmica). No corpus examinado, não foram encontrados outros tipos de avaliação modal, além de “verdade”, como em (13).

8 Para informações sobre as orações relativas, ver o Capítulo 9.

9 A classificação dos predicados das completivas em descritivos é apresentada no Capítulo 2.

10 Os constituintes avaliativos não modais, diferentemente dos modalizadores, não expressam valores de possibilidade, probabilidade, necessidade, obrigatoriedade. É a aptidão, ou a ausência de aptidão, de certos elementos na determinação de uma proposição um critério que diferencia modais e não modais (Cervoni, 1989).

- (13) só sei que realmente se está a estraga[...], e[...], eu olho para eles – claro que eu não vou dizer isto assim, à minha filha posso dizer, porque ela é muito responsável, mas **a verdade** é que não se pode dizer isto aos miúdos de quinze, dezasseis, dezassete anos – mas a verd[...], mas sinto que eles não vivem nada que diga respeito à adolescência (Portugal 95: Vida de estudante)

b) **Avaliativos não modais**: a avaliação é em termos de como o falante considera a realização do evento. No córpus da pesquisa, foram encontrados os seguintes avaliativos não modais: “o interessante”, “o engraçado”, “a melhor coisa”, “o problema”, entre outros. A ocorrência (14) ilustra.

- (14) estando de fora da casa. fiquei ali, a ver... o, **o engraçado para mim era ver as águas a cair daquele capim para o chão!** (Moçambique 86: Chuva)

2. **Descritivos** – expõem acontecimentos, eventos, estados, como em (15).

- (15) [...] **a única coisa que ele ainda gosta, até hoje, é botar cerveja para mim** porque faz espuma. aí, ele bebe a espuma. também, só, só. mas ele, quando era garotinho, pegou lá, uma vez pegou um copo lá, eh, sabe, ia sempre, pegava o mesmo, botava, “hum!” gostou! a gente não via! (Brasil 80: Criar filhos)

As predicativas no nível morfossintático

Como já notado, nessas construções não há atribuição de propriedade a uma entidade semântica, já que as duas unidades, da mesma categoria semântica, representam apenas modos alternativos de visão da mesma entidade. Assim, a oração, representante no nível morfossintático de uma construção de identificação do nível representacional, requer a inserção de uma cópula, um elemento vazio (*dummy*).

Na GDF, definem-se *dummies* como elementos que ocorrem em situações em que nenhum material interpessoal ou representacional é inserido em uma posição oracional obrigatória do nível morfosintático. Esses elementos vazios substituem, assim, argumentos ou predicados, como o pronome *it*, no inglês em uma oração como: “It is raining”.

Em português, a oração, de modo geral, necessita do preenchimento do espaço reservado para o verbo que não foi preenchido com material provindo dos níveis interpessoal e representacional. Dessa forma, a cópula suporte é inserida no nível morfossintático em construções com predicado não verbal (nominal, adjetival, adverbial), ou em construções classificacionais, existenciais e identificacionais, para codificação de informação de modo, tempo, número e pessoa.

Em construção de identificação, a cópula verbal não instaura relação de predicação, afinal, é um elemento expletivo, vazio (*dummy*), introduzido no nível morfossintático para explicitar os operadores de tempo, de modo, de número e de pessoa do nível representacional, como exemplifica a forma verbal “é”, em (15), apresentado na seção anterior.

Não havendo predicação, um aspecto importante que distingue esse tipo de construção das demais completivas, torna-se difícil afirmar que nesse tipo de construção há duas orações, uma principal e uma subordinada. Não se pode também dizer que existe uma relação de núcleo-dependente ou de núcleo-modificador. Em outras palavras, semanticamente, uma oração não é constituinte da outra, o que compromete a definição de subordinação.

Com efeito, o fato de as duas orações estarem em relação semântica de identificação, em que se definem dois modos diferentes de referência à mesma entidade, permite distinguir uma principal de uma subordinada? E, se a resposta for positiva, qual constituinte poderá ser compreendido como principal ou subordinado?

No caso das orações finitas, o uso da conjunção gramatical “que” sinaliza morfossintaticamente uma oração subordinada, como bem observam Hengeveld e Mackenzie (2008, p.354).

Assim, em ocorrências como (16), aqui repetida por conveniência, a oração introduzida pela conjunção tem o estatuto morfossintático de subordinada, como mostra (16b). Mas não se pode dizer que “a verdade” constitui uma oração principal.

- (16) a [...] depois têm testes, têm que estar preparados para os testes, acabam uns começam outros, e **a verdade é que eles não têm tempo absolutamente nenhum**. é uma adolescência estúpida, porque eles não vão ao, não podem ir a lado nenhum, não têm tempo para, para se dedicar a, à música – ela, por exemplo, andava em piano teve que deixar, andava em ginástica teve que deixar (Portugal 95: Vida de estudante)
- b *Que eles não têm tempo absolutamente nenhum é a verdade.*

No cópuz analisado não se registrou nenhuma ocorrência desse tipo de oração anteposta ao Np a que se relaciona. Neves (2000, p.337), no entanto, atesta essa ordenação em dados do português escrito contemporâneo, mas reconhece também ser rara essa possibilidade.

- (17) **Que haja um só rebanho e um só pastor**, sempre foi a maior preocupação da Igreja.

Para as orações finitas é possível, com base nesse critério formal, identificar a oração subordinada. No caso das orações não finitas, a forma verbal reduzida atesta o estatuto de dependência da subordinada, como ilustra (18).

- (18) a estando de fora da casa. fiquei ali, a ver... o, **o engraçado para mim era ver as águas a cair daquele capim para o chão!** (Moçambique 86: Chuva)
- b *Ver as águas a cair daquele capim para o chão era o engraçado para mim.*

Portanto, se, por um lado, semanticamente, uma construção de identificação não se define como uma relação de constituência –

uma oração não é constituinte da outra, seja como argumento, seja como modificador –, por outro, morfossintaticamente, uma oração apresenta marcas de subordinação.

Outro aspecto que merece atenção em relação às construções predicativas diz respeito a uma relação de alinhamento (Hengeveld; Mackenzie, 2008) entre a unidade semântica que a oração representa e a sua codificação finita ou não finita.

Como já foi mencionado, Hengeveld e Mackenzie (2008, p.366) observam que o predicado de uma oração subordinada provavelmente terá mais codificação não finita quanto mais baixa ela estiver na hierarquia das camadas. Isso se deve ao princípio da iconicidade, caro às teorias funcionalistas em geral, postulado como um dos três princípios¹¹ que governam a relação de alinhamento entre o nível morfossintático e o *input* vindo do processo de formulação, nos níveis interpessoal e representacional.

O princípio da iconicidade diz respeito a uma correlação natural e motivada entre forma e função, o que significa que as estruturas linguísticas refletem, de algum modo, a estrutura da experiência. Entende-se, então, que as estruturas de caráter mais avaliativo (alocadas nas camadas mais altas) envolvem maior elaboração do que as estruturas de caráter mais descritivo (alocadas em camadas mais baixas).

A análise das ocorrências mostra que 67% dessas construções que veiculam um conteúdo proposicional têm o predicado codificado como finito, como (8), aqui repetida em (19). Nas construções que veiculam estados de coisas, por outro lado, predomina de maneira significativa (80%) a codificação não finita do predicado da subordinada, como mostra (20). Há, portanto, uma relação de alinhamento entre a unidade semântica que a oração representa e sua codificação em finita ou não finita.

11 Os outros princípios são integridade de domínio (“domain integrity”) e estabilidade funcional (“functional stability”).

- (19) [...] depois têm testes, têm que estar preparados para os testes, acabam uns começam outros, e *a verdade é que eles não têm tempo absolutamente nenhum*. é uma adolescência estúpida, porque eles não vão ao, não podem ir a lado nenhum, não têm tempo para, para se dedicar a, à música – ela, por exemplo, andava em piano teve que deixar, andava em ginástica teve que deixar (Portugal 95: Vida de estudante)
- (20) inspirou-me por concre[...], quer dizer, eu ia lá em casa dele, tocava aquelas músicas profundas com notas tão complicadas, eh pá, eu ficava totalmente impressionado. *a única solução era pedir o homem i[...], a ensinar algumas músicas*. e ele disse “olha, a única coisa que posso te dar agora [...] estudar, não sei quantos”. eu fiz o mesmo. porque, quer dizer, antes disso eu andava lá a tocar [...] sem regras sem nada, sabes, hoje, com o andar dos tempos, devido à, às aulas que o meu sócio me deu felizmente já toco alguma coisa. (Moçambique 83: Cantar e pintar)

Palavras finais

Neste capítulo foi apresentada uma descrição funcional das construções tradicionalmente denominadas predicativas, com base no arcabouço teórico da GDF.

Os resultados mostram que não parece explanatoriamente adequado considerar essas orações como casos de encaixamento, já que elas não se identificam como argumentos de predicado ou modificadores. Como nessas construções não há predicado, também não há, correlativamente, atribuição de propriedade, mas apenas um expletivo (*dummy*) que se manifesta no nível morfossintático para preencher uma posição não abastecida com material provindo dos níveis interpessoal e representacional. Entende-se que, como construções de identificação que são, envolvem necessariamente dois subatos de referência, representando duas diferentes perspectivas semânticas da mesma unidade.

As orações em análise não são nem pragmática nem semanticamente dependentes, mas sim morfossintaticamente dependentes. Trata-se, portanto, de um caso especial de subordinação.